



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA**

TERMO DE REFERÊNCIA - (TR)

1 - OBJETO:

Solicito autorização para compra em caráter emergencial de insumos para atender urgência e emergência, tendo em vista a impossibilidade de aguardar a conclusão do processo licitatório em andamento.

2 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E ESTIMATIVA DE CUSTO:

2.1. Para que o serviço se mantenha eficiente e eficaz, é imprescindível um estoque adequado de insumos, incluindo materiais médicos e de apoio, essenciais para os cuidados imediatos e para a segurança dos pacientes.

O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.800,94 (Dois milhões, duzentos e um mil, oitocentos e sessenta e sete reais e dez centavos). Conforme custo estimado total na tabela abaixo.

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT. TOTAL	VALOR UNID.	TOTAL
1	ABOCATH CATETER INTRAVENOSO Nº 20 ABOCATH Nº 20 - CAIXA COM 100 UNIDADES. CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL COM BISEL ULTRA AFIADO - ATÓXICO E APIROGÊNICO. - ABOCATH Nº 20 DISPOSITIVO PARA ACESSO COM VENOSO COMPOSTO POR UM AGULHA E UM INVOLCRO - FLEXIVEL E PERMANENTE - PARA A ADMINISTRAÇÃO DA MEDICAÇÃO. CX C/100 UNIDADES	CX	10	R\$ 66,00	R\$ 660,00
2	ABOCATH CATETER INTRAVENOSO Nº 22 AGULHA SILICONIZADA COM BISEL B1-ANGULADO E TRIFACETADO. CATETER RAIOPACO E FLEXÍVEL. ATRAVÉS DE RAIOS X. PROTETOR DO CONJUNTO AGULHA/CATETER. CONECTOR LUER LOK UNIVERSAL CODIFICADO POR CORES. CÂMARA DE REFLUXO. TAMPA DA CÂMARA DE REFLUXO COM MICRO ESTRIAS. CAIXA COM 100 UNIDADES. CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL COM BISEL ULTRA AFIADO - ATÓXICO E APIROGÊNICO. MATERIAL VIALON OU POLIURETANO - CALIBRE 24 G - COMPRIMENTO 32MM - APLICAÇÃO PERIFÉRICO - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SILICONIZADO - CÂMARA REFLUXO - TAMPA PROTETORA - TIPO USO DESCARTÁVEL - ESTERILIDADE ESTÉRIL - TIPO RADIOPACO - COMPONENTES AG. AÇO INOX - BISEL CURTO - TRIFACETADO - COR 1 -1MM X 32MM - COMPONENTE TX INFUSÃO.	CX	10	R\$ 58,00	R\$ 580,00
3	ABOCATH CATETER INTRAVENOSO Nº 24 DISPOSITIVO PARA ACESSO COM VENOSO COMPOSTO POR UM AGULHA E UM INVOLCRO - FLEXIVEL E PERMANENTE - PARA A ADMINISTRAÇÃO DA MEDICAÇÃO. CX C/100 UNIDADES. CATETER VENOSO PERIFERICO EM POLIURETANO - COM AGULHA EM GRAU CIRURGICO - COM PONTA ATRAUMATICA - PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO COM TIRAS RADIOPACAS - FLEXIVEL.	CX	06	R\$ 29,34	R\$ 176,04
4	ALCOOL ETILICO 70% USO HOSPITALAR 1L FRASCO DE LITRO	FRAS	20	R\$ 5,29	R\$ 105,80
5	COMPRESSA GAZE MATERIAL:100% ALGODÃO, DIMENSÕES: CERCA DE 7,5 X 7,5 CM, GRAMATURA:13 FIOS CM2, ADICIONAL:5 DOBRAS, ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO ÚNICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO 10 UN	PCT	100	R\$ 0,69	R\$ 69,00
6	ELETRODO PARA MONITORIZAÇÃO CARDÍACA (ECG) MODELO: DE SUPERFÍCIE, TAMANHOS: ADULTO, ACESSÓRIO: SEM CABO.	PCT	30	R\$ 12,00	R\$ 360,00
7	EQUIPO MACROGOTAS	UN	2.000	R\$ 1,15	R\$ 2.300,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA

8	ESPARADRAPO 10 X 4,5M COMPOSTO DE TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE. NELE. É APLICADA MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. FÁCIL DE RASGAR E DE EXCELENTE FLEXIBILIDADE, IMPERMEÁVEL; COR: BRANCO	UN	18	R\$ 10,42	R\$ 187,56
9	LAMINA DE BISTURI Nº 11 C/100	CX	04	R\$ 22,26	R\$ 89,04
10	LANCETA PARA HGT (CAIXA COM 100 UNIDADES)	CX	08	R\$ 14,00	R\$ 112,00
11	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, TAM. P, CX COM 100 UNIDADES	CX	30	R\$ 39,00	R\$ 1.170,00
12	LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX TAM G CAIXA COM 100 PARES	CX	20	R\$ 16,00	R\$ 320,00
13	LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX TAM M CAIXA COM 100 PARES	CX	30	R\$ 13,44	R\$ 403,20
14	LUVA ESTERIL Nº 7,5	PAR	60	R\$ 2,08	R\$ 124,80
15	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ML CLORETO DE SÓDIO, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM PRIMÁRIA ISENTA DE PVC.	UN	320	R\$ 6,21	R\$ 1.987,20
16	TUBO ENDOTRAQUEAL 7.5 MM COM BALÃO	UN	30	R\$ 5,21	R\$ 156,30
				TOTAL	R\$ 8.800,94

3 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. Para o fim do disposto no art. 16, II, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e para efeito da realização da aquisição, a despesa decorrente do processo tem adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, sendo constatada a existência de dotação orçamentária para o exercício de 2025, conforme abaixo discriminado:

07- SECRETARIA MUN SAUDE

2273- Programa verão numa doa - PA

3.3.3.90.30.09.00.00.00 Material farmacológico (413)

3.3.3.90.30.00.00.00.00 Material de consumo (19714)

- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

4.1. De acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.1.1. A formalização da contratação do serviço deve ser realizada nos termos do artigo 95, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5 - JUSTIFICATIVA:

5.1. O Pronto Atendimento 24h de Terra de Areia é fundamental para garantir assistência médica de urgência e emergência à população local e às comunidades vizinhas, operando continuamente e



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA**

atendendo a uma demanda crescente por cuidados de saúde. Para que o serviço se mantenha eficiente e eficaz, é imprescindível um estoque adequado de insumos, incluindo materiais médicos e de apoio, essenciais para os cuidados imediatos e para a segurança dos pacientes. Esse serviço atende diariamente pacientes com diferentes níveis de gravidade, e a disponibilidade de insumos adequados é crucial para a realização de procedimentos de forma rápida e segura. Além de permitir a continuidade dos atendimentos, esses insumos são importantes para garantir a qualidade e a segurança dos serviços prestados, agilizando o tempo de resposta e permitindo que a equipe de saúde siga os protocolos de atendimento emergencial com eficiência.

6 - DAS PROPOSTAS:

- 6.1. O critério de julgamento das propostas é o menor valor por item.
- 6.2. Aplica-se a esta dispensa de licitação os benefícios constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo constar na proposta que se trata de microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - a) A não identificação da empresa como sendo microempresa ou empresa de pequeno porte importa em renúncia aos benefícios legais.
- 6.3. As propostas deverão ser enviadas ao e-mail (compras@terraeareia.rs.gov.br), dentro do prazo constante do Aviso de Dispensa, cujas propostas serão convertidas em eletrônicas.
 - a) O recebimento das propostas por e-mail será confirmado por e-mail.
 - b) Cabe a empresa entrar em contato com o órgão contratante no caso de não receber a confirmação do recebimento, até 1 (uma) hora após o envio.
- 6.4. As certidões negativas e os demais documentos com o fim de demonstrar a regularidade fiscal e jurídica da empresa, serão exigidas somente da empresa vencedora.
- 6.5. Os demais atos referentes a este procedimento serão publicados no Portal do Município.
- 6.6. Não serão aceitas propostas cujo valor seja superior ao valor de referência.

7 - DO LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- 7.1 A entrega será total, no endereço Rua Luiz Teixeira, 5014 - Centro, Terra de Areia - RS, no horário de expediente, no prazo máximo de 10 (dez) dias não úteis, a contar do recebimento da nota de empenho encaminhada pela Secretaria correspondente à Autorização de Fornecimento.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA**

8 - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO:

8.1. Os serviços e/ou bens serão recebidos:

a) Definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

b) Os materiais e os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com o solicitado.

9 - FORMA DE PAGAMENTO:

9.1. A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, que será atestada pelo profissional expressamente designado.

9.2. O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após o cumprimento dos subitens anteriores.

9.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão devolvidos à Contratada para as correções necessárias, não respondendo a Contratante por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da Contratada.

9.4. A liberação do pagamento ficará condicionada a verificação da situação da Contratada em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

9.5. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10 - ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

10.1. O prazo de garantia dos bens/serviços, é aquele previsto no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

11 - DOS ANEXOS:

11.1. Fazem parte deste Termo de Referência os Anexos I e II.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA

Terra de Areia/RS, 17 de março de 2025.

REJANE HOFFMANN MENDER
Secretária municipal da saúde



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA**

ANEXO – I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação Pessoa Física:

- 1.1. Cédula de identidade (RG e CPF) ou CNH (Carteira Nacional de Habilitação) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional
- 1.2. Comprovante de residência;
- 1.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 1.4. Certidão de quitação eleitoral, com emissão de no máximo 60 (sessenta) dias.
- 1.5. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 1.6. Documentos que demonstrem a capacidade técnica para a execução do objeto da licitação, como certificados de cursos, registros profissionais, entre outros.

2. Habilitação Pessoa Jurídica:

- 2.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 2.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 2.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA

2.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

3.5. Prova de regularidade com a Fazenda, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



DADOS FORNECEDOR

Nome Fantasia:

Razão Social: **CNPJ: N°**

Endereço:

E-mail: **Telephone:** (....)

Nome Do Representante Legal:

CPF n°:

DADOS BANCÁRIOS

Banco: **Conta:** **Agencia:**

Microempresa ou empresa de pequeno porte: [☐] Sim [☐] Não

Dispensa de Licitação nº/20....

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	VALOR UN.	VALOR TOTAL
				Total:	

Esta Proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Cidade/UC, dia de mês de ano.

assinatura

NOME DA EMPRESA

CNPJ: Nº